

UMA IDEOLOGIA EM FARRAPOS

Sandra Jatahy Pesavento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Revolução Farroupilha constitui, sem dúvida alguma, o acontecimento mais conhecido da História do Rio Grande do Sul, não só no próprio Estado, como em termos de Brasil como um todo. Não há quem não tenha, em algum momento de sua vida escolar ou mesmo do seu cotidiano, ouvido falar neste episódio.

A imagem que usualmente se evoca é de uma espécie de epopéia, marcada por atos de bravura e arrojo dos seus principais "heróis", dentre os quais se destaca o líder da revolta, Bento Gonçalves.

Esta é uma visão que tem sido transmitida através do ensino da História, mas cujo raio de ação extrapola o âmbito escolar: a Revolução Farroupilha é, na verdade, o carro-chefe de uma forma determinada de interpretar o Rio Grande e o seu povo que se encontra muito arraigada, há vários anos, na consciência do homem comum.

Hoje, mais do que nunca, ao serem comemorados os 150 anos da Revolução Farroupilha, esta visão tem sido reativada, difundida e mesmo patrocinada oficialmente, mas numa dimensão que assume contornos de tragicomédia. Justamente no momento em que o Rio Grande do Sul enfrenta a maior crise econômico-financeira de sua história e quando também o seu peso político no jogo de interesses com o poder central chegou a um nível tão baixo, é que se busca celebrar festivamente um episódio do passado gaúcho no qual foi possível não só o enfrentamento armado de 10 anos com o poder central como inclusive barganhar com o centro decisório do poder nacional. A crise contemporânea é avassaladora sobre a economia, a sociedade e a vida político-partidária, mas as comemorações do Sesquicentenário afirmam a bravura e o espírito indomito do gaúcho, "centauro dos pampas", "monarca das coxilhas".

Refletir sobre este processo é algo que remete à questão dos intelectuais, da história enquanto produção do conhecimento científico, da ideologia e do poder...

Segundo Gramsci, "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc."¹

No caso, o pensador italiano refere-se à categoria específica dos intelectuais orgânicos, ou o grupo funcional que tem por tarefa teorizar, tornar coerentes e difundir os valores e as idéias da classe dominante por todo o corpo social.

O intelectual torna-se, neste sentido, o elemento que elabora e difunde a ideologia, legitimando e solidificando a posição hegemônica de um grupo e dando coesão ao corpo social. Parte-se, ainda, do pressuposto que a ciência não é neutra, e que, sendo fruto da atividade humana inserida num contexto social determinado, tem por finalidade contribuir para a estabilidade desta situação histórica.²

Criadores da ideologia da classe dominante, responsáveis pela produção científica, os intelectuais atuam no seio da sociedade civil (partidos, Igreja, sindicatos, educação, atividades culturais), bem como no da sociedade política, como administradores, funcionários, militares, políticos.

A ciência, os intelectuais e a ideologia podem, evidentemente, contribuir para a transformação da sociedade, mas, neste caso aqui, a referência se faz à produção científica que serve para conservar o sistema.

Por outro lado, a ciência objetiva também o "conhecer", visando à obtenção e sistematização de verdades universais. Todavia, mesmo esta objetividade pretendida é uma concepção de mundo. A relação que se faz entre o "concreto real" e o "concreto pensado" é mediatizado pela ideologia. "Na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia".³

Tal ambigüidade entre a objetividade necessária e a presença da ideologia na produção científica se torna ainda mais contundente no caso das ciências sociais, pois seu objeto de estudo é a

própria atividade humana em contínua interação. A História, como ciência social, é dotada da necessária objetividade — que lhe dá o conteúdo de ciência — mas, enquanto intelectual, responde a interesses sociais determinados. A História não pode, pois, ser neutra, mas é constituída a partir da ideologia, que corresponde a determinados interesses de classe e com seus valores específicos.

Neste sentido, pode-se mesmo dizer que a história foi sempre um dos campos preferidos de recrutamento dos intelectuais orgânicos do sistema, uma vez que se desincumbe da tarefa de resgatar para a classe dominante um passado que a enobreça, pleno de atos de bravura e honradez, aos quais no presente ela dá continuidade. Como herdeira deste passado, no qual também pontificam como heróis personagens das camadas privilegiadas, a classe dominante apresenta, através dos historiadores, a visão que possui de si mesma: digna, justa, merecedora da posição que ocupa.

Portanto, como forma particular da difusão da ideologia, a produção historiográfica de um povo é elaborada pelos pensadores a serviço da classe dominante, no sentido de oferecer uma visão do passado no qual aquela classe apareça como representante de todos os interesses da sociedade.

Refere Chauí, referindo ao momento seguinte da produção da ideologia: "(...) ela prossegue tornando-se aquilo que Gramsci denomina de senso comum, isto é, ela se populariza, torna-se um conjunto de idéias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize estas idéias e estes valores. (...) Ou seja, o momento essencial da consolidação social da ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade".⁴

Complementa a autora que, mesmo que os interesses das classes dominantes sejam posteriormente negados pela realidade da dominação e que se perceba que os interesses que prevalecem na sociedade são os do grupo dirigente, "esta percepção não afeta a aceitação das idéias e valores dos dominantes, pois a tarefa da ideologia consiste justamente em separar os indivíduos dominantes e as idéias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros".⁵

É assim no caso da historiografia oficial rio-grandense, que louva e exalta as qualidades do gaúcho, altaneiro, livre, destemido.

A visão glorificadora do gaúcho assumiu um dos seus pontos mais altos na obra do historiador Sallis Goulart:

"De lança em riste, colado ao fogoso corcel que o arrebatava nas cargas heróicas, o gaúcho era como uma estátua equestre em meio do campo aberto, que parecia estremecer ao tropel dos indomáveis centauros dos pampas."⁶

Tal visão idealizada se complementava na idéia de que na sociedade sulina não havia hierarquias ou distinções sociais:

"Dentro de sua altivez tradicional, da sua felicidade inata, o gaúcho nunca admitiu preeminência de classes ou de raças. A democracia, a liberdade são necessidades vitais."⁷

Ora, dentro de um contexto histórico forjado no confronto permanente entre grupos armados, onde o autoritarismo, a arbitrariedade e a violência imperaram, onde se verificou um processo paralelo de extrema concentração da propriedade da terra,⁸ é difícil não deixar de pensar neste gaúcho como um elemento subalterno, dominado e despossuído. Expulso da terra mediante o cercamento dos campos, este "pária do pampa" foi, progressivamente, engrossar as camadas proletarizadas da periferia das grandes cidades do estado, num processo de êxodo rural que ainda nos dias de hoje se faz sentir de maneira tão pronunciada no Rio Grande.

Será este o tão decantado gaúcho livre e soberano, celebrado pela historiografia oficial, protagonista de tantos feitos heróicos? É este o personagem central da história gaúcha, da qual todos são herdeiros e todos devem se identificar?

Este é, aliás, um dos temas que melhor se prestam para revelar o mecanismo de demonstração/ocultação da ideologia na construção do conhecimento histórico.

A ideologia, no caso, oculta a dominação, nega o conflito e restaura do passado uma figura idealizada que não corresponde ao processo histórico real. Na historiografia oficial, senhores de terra e gado e peões se mesclam numa só personagem: o gaúcho — heróico, altivo e honrado — que generaliza estas virtudes para o homem rio-grandense em geral.

Esta visão tem atravessado as épocas, de forma ideologizada, e se encontra presente, como senso comum, na maior parte das camadas sociais, inclusive naquelas que, expulsas do campo, se-

riam as resultantes diretas daquele processo de dominação que se instalara no Rio Grande em épocas recuadas.

Nesta trajetória de montagem de uma história oficial, que legitimasse o poder dos pecuaristas no Estado, poder este constituído desde o período formativo do Rio Grande, em permanente luta com os castelhanos, a Revolução Farroupilha ocupou um lugar de destaque. Incidente marcado por inúmeros atos de bravura, constituiu-se numa revolta de 10 anos contra o Império, em nome da preservação da autonomia da província frente à dominação do centro. Além da celebração da heroicidade dos rio-grandenses, o episódio dava margem a que os gaúchos, além de tradicionais "defensores da fronteira", se transformassem também nos "paladinos da liberdade".

Já no final do século XIX, quando na província se enfrentavam os liberais com os republicanos recém constituídos em partido, ambas as agremiações políticas consideravam-se herdeiras das "gloriosas tradições de 35".

A historiografia oficial rio-grandense pode-se dizer que nasceu na virada do século, com a transição do regime, sendo construída ao longo dos anos da República Velha. Num contexto geral predominantemente agrário, os novos grupos detentores de capital (comercial, industrial e financeiro) e vinculados à área colonial/imigrante estabeleceram aliança com aquele setor de pecuaristas que controlava o poder político no estado através do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Esta aliança possibilitava a que a outra fração dos pecuaristas, arregimentados na oposição maragato-libertadora, se mantivesse à margem do controle político do Estado, que se manteve por 40 anos nas mãos dos republicanos.

Era necessário resgatar para o grupo no poder um passado que o enobrecesse e que fosse capaz de se apresentar como que comum a todos, sem distinção de classes, etnia ou atividade.

A Revolução Farroupilha, no caso, se revelava como a peça fundamental deste passado, reunindo todas as virtudes tradicionais atribuídas ao povo gaúcho: o apelo ao liberalismo, a rebeldia diante da opressão, os atos de coragem, etc.

Note-se, no caso, que a tendência básica de interpretação da Revolução Farroupilha, defendida pelo maior historiador desta época — Alfredo Varella⁹ — veio corresponder, no plano político, à diretriz imprimida ao Rio Grande pelo seu partido situacionista. Ou seja, a atribuição de um caráter separatista ao movimento cor-

respondeu a uma fase em que vigorou o isolacionismo deliberado do estado gaúcho: o PRR procurou acertar com o governo federal um *modus vivendi*. O governo central não faria uso do artigo 69 da Constituição de 1891, que lhe permitia intervir nos estados onde se configurasse uma situação contrária a seus interesses. Em outras palavras, a União não interviria na situação política interna do estado para favorecer a oposição. O Rio Grande do Sul, por seu lado, não "aspiraria" à presidência da República, e sua grande bancada, no Congresso Nacional, daria respaldo às articulações da política "café-com-leite". O Rio Grande ficava, assim, como o "feudo" do PRR, que controlava regionalmente o poder.

A este tipo de postura política correspondeu a aceitação e a difusão da tese de que a Revolução Farroupilha fora um movimento separatista, integrado ao ciclo platino de movimentos armados.

Esta posição o Rio Grande manteve até a crise dos anos vinte, quando, em coligação com oligarquias dissidentes, buscou a redistribuição do poder em escala nacional. É interessante, neste momento, acompanhar a trajetória da historiografia gaúcha e do tratamento de seu tema preferencial — a Revolução Farroupilha — em consonância com as alterações da realidade econômica, social e política do Rio Grande.

Na virada dos anos 30, acentuaram-se as atribuições que a pecuária gaúcha vinha experimentando ao longo da República Velha. Nas décadas de 30 e 40, os pecuaristas, enquanto fração da classe dominante estadual, começaram a enfraquecer-se e a ceder terreno aos novos grupos emergentes detentores de outras formas de capital que não o agrário. A esta reorientação do arranjo social interno de forças correspondeu uma maior integração do estado com a política nacional. Embora o fato de um gaúcho na presidência não tenha significado a hegemonia do Rio Grande sobre os destinos da nação, é indiscutível que o estado passou a vincular-se de forma cada vez mais estreita não apenas às injunções do poder federal como à política econômico-financeira elaborada a partir do centro. Findava o isolacionismo e, na reorientação do padrão de desenvolvimento capitalista do país — do modelo agroexportador para o industrial — o Rio Grande afirmava-se como "cooperador do progresso nacional", partilhando dos "núcleos decisórios de poder".

Na verdade, todo este processo iria revelar uma grande frustração histórica para o estado: as alterações do padrão de acumu-

lação capitalista do país haveriam de acentuar a defasagem já existente entre a economia gaúcha e a do eixo Rio Grande-São Paulo; a ascensão de Getúlio ao poder (e a sua consolidação) não permitiria aos gaúchos fazer reverter em seu proveito os rumos da política nacional; internamente, os pecuaristas acentuariam sua crise específica, sem que, contudo, o setor primário do estado caísse tanto ao ponto de ser substituído, tal como no centro do país, pelo setor secundário como o principal responsável pela formação da renda interna do estado.

A esta situação assim configurada correspondeu um reforço dos mecanismos ideológicos de sustentação do grupo de poder regional. Este foi o momento em que se consolidou a historiografia oficial no estado, glorificadora do passado, exaltadora das virtudes do povo rio-grandense, dignificadora de seus heróis.

Quanto à Revolução Farroupilha, os intelectuais orgânicos de sua época, reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, discutiram, estudaram e pronunciaram-se a respeito da tese do separatismo da Revolução Farroupilha, denunciando-a de "injuriosa", "impertinente" e "frágil".¹⁹

Em oposição a esta tendência afirmava-se o princípio do federalismo como o norteador do movimento, enquadrando-o como "legitimamente brasileiro".

Alterava-se, em suma, a questão da ruptura ou não com o centro, mas não o sentido básico de ser um episódio que enobrecia o povo gaúcho, tendência esta presente tanto na fase do "isolacionismo" vivenciado pelo estado quanto na da "integração".

Em ambos os momentos, a história da Revolução Farroupilha obedeceu a uma função orgânica muito precisa, de legitimar o poder de um grupo na sociedade e "sacralizar" o seu mando, pela imposição de um passado dignificante, do qual não só a elite governante mas todo o povo rio-grandense seria herdeiro.

Difundida nas escolas, esta visão da história representou uma forma não crítica de estudar o passado, mesclando a influência positivista do relato linear, cronológico e seqüencial com a postura idealista de resgatar os grandes feitos dos heróis.

Tal tipo de visão caracteriza-se por não tratar a história como processo, fracionando a realidade em instâncias isoladas e sem relação umas com as outras. Ou seja, as ocorrências do plano político nada têm a ver com os interesses dos grupos sociais e com as formas de produzir da instância econômica. As "mudanças" da

história ficam assim afetadas aos "humores", "sentimentos" e "vontades" dos "grandes homens"...

É digno ainda de consideração que, justamente no momento em que a classe dominante enfrenta uma crise, sejam reforçados os aparatos ideológicos de sua sustentação no poder.

A despeito de que hoje, decorridos 150 anos, as condições objetivas sejam outras e que o domínio dos pecuaristas não mais exista no sul em sua integridade, permanece muito viva nas consciências a presença desta visão do episódio, continuamente repetida nas escolas e estimulada pelos órgãos oficiais.

Não é por acaso, contudo, que esta visão idealizada e mistificadora do passado seja reforçada justamente no momento em que o Rio Grande enfrenta a sua crise mais profunda.

Mas, note-se bem: os detentores atuais do poder recolhem dos intelectuais da realidade pré-existente a visualização de um passado que contrastava violentamente com a realidade atual do Rio Grande.

A visão está gasta, perdeu sua funcionalidade original e tem se revelado ineficaz para legitimar a situação vigente.¹¹ Por outro lado, o momento é particularmente privilegiado para revelar o verdadeiro caráter da ideologia. Se, como quer Chauí,¹² a ideologia se apresenta como a "realidade invertida", as condições atuais são flagrantemente reveladoras do imenso contraste entre o discurso ufanista e as condições reais e objetivas enfrentadas pelo estado. Mas, se a ideologia é também, como quer Gramsci, instrumento de coesão e prática política efetiva, no sentido de legitimar o poder de um grupo, está visto que tal maneira de focar a história não tem dado os frutos esperados pelos seus incentivadores.

A "ideologia dos farrapos" converte-se numa verdadeira "ideologia em farrapos", sem qualquer demérito para aqueles que, em um momento do passado, lutaram por valores e idéias que correspondiam a interesses muito definidos na sociedade de sua época. Em suma, critica-se a forma de resgate e de instrumentalização de um passado, mas não o passado em si ou a atuação dos seus agentes sociais no momento histórico em que viveram.

Não se quer, com isso, negar a validade de um "back to the roots", mas é indiscutível que o "estudar história" não é uma mera questão de dilettantismo ou fonte de "bons exemplos" com que inspirar os jovens. O estudo da história deve ter um sentido prático

muito efetivo, possibilitando a tomada de decisões no presente. Estuda-se história, em última análise, para poder agir.

Neste ponto, a história deve assumir um sentido crítico, e a Revolução Farroupilha pode se apresentar como um momento privilegiado de análise no qual o Rio Grande teve condição de enfrentar e barganhar com o centro. Vista desta ótica, a questão tem grande atualidade, pois se impõe nos dias atuais, mais do que nunca, a necessidade de tentar alterar as relações entre o Rio Grande do Sul e o centro, encontrando novas formas de influir nas decisões da política nacional e obter ganhos para o estado.

Ao predominar, contudo, uma visão glorificadora, corre-se o risco do estado ficar encerrado no seu passado, perdendo-se a possibilidade de uma análise mais séria das condições históricas objetivas atuais e das possíveis condições de barganha do Rio Grande face o poder central.

NOTAS

1. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 314.
2. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. La ideología de "la neutralidad ideológica" en las ciencias sociales. In: *Historia y sociedad*, México, n. 7, mar. 1975, p. 10.
3. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 71.
4. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 7.ed., São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 108.
5. *Ibidem*, p. 109.
6. GOULART, Jorge Sallis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 2.ed., Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978, p. 55.
7. *Ibidem*, p. 27.
8. Tão grande foi este processo que, em 1985, 4,07% dos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Sul detém 57,88% das terras no estado.
9. VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, 1933, 6v.
10. Ver, a propósito, as seguintes obras:
DOCCA, Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, Globo, 1935.
GOULART, Jorge Sallis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Globo, 1927.
ROSA, Othelo. *Causas da Revolução Farroupilha*. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre, Globo, n. 2, 1945.
SOUZA, J. P. Coelho de. *O sentido e o espírito da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, Globo, 1945.
SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo, Nacional, 1939.
11. Ficam, evidentemente, descartadas as hipóteses trazidas à baila com frequência, de que a solução para o Rio Grande seria um novo separatismo (uma república rio-grandense?) ou de que "o que nos falta é um Bento Gonçalves"...
12. CHAUI, op. cit.